
A IMPLANTAÇÃO DE INSTRUMENTOS ESTATÍSTICOS RELACIONADOS AO TRABALHO NOS PAÍSES DITOS SEMIDSENVOLVIDOS: * O CASO DO BRASIL

Helena Sumiko Hirata**
Mario Sérgio Salerno***

Resumo

Este texto apresenta alguns resultados e limites das pesquisas qualitativas realizadas sobre a área do trabalho no Brasil, destaca as instituições voltadas para estudos quantitativos acerca do emprego e do mercado de trabalho, e aponta as possibilidades e perspectivas dos projetos em andamento no país acerca das condições e da organização do trabalho.

* Este artigo foi objeto de tradução por parte de André Gil Teixeira Pires, revisada por Ana Lúcia Menescal. Nota do tradutor: Este texto foi apresentado no seminário sobre o uso de métodos estatísticos nos estudos relacionados ao tema trabalho — Paris, MRE, 19 de janeiro de 1994/DARES/Ministério do Trabalho da França. O termo utilizado no original, em francês *semi-developpés*, na verdade equivale a “em desenvolvimento”, porém foi mantida a tradução literal, em função de diferentes conotações.

** GEDISST/IRESKO/CNRS.

*** Escola Politécnica da Universidade de São Paulo.

As pesquisas sobre a organização do trabalho, concebidas pelo Ministério do Trabalho e implementadas pelo INSEE na França, depois de 1978, despertaram grande interesse de pesquisadores e organismos públicos de países como a Argentina, Uruguai, Chile e Brasil. Na Argentina, o Centro de Estudios y Investigaciones Laborales (CEIL) organizou cursos e debates entre sindicalistas e pesquisadores sobre os enfoques e avaliações das condições de trabalho e de saúde; no Uruguai, as informações solicitadas sobre tais pesquisas foram reiteradas por parte do Centro de Estudios y Asesoramiento Laborales y Sociales (CEALS); no Brasil, um estudo da viabilidade da pesquisa TOTTO e das condições de trabalho foi realizado no final de 1991, por solicitação do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), órgão de pesquisa do Ministério do Planejamento e Orçamento (MPO), com financiamento do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).

A falta de instrumentos estatísticos confiáveis relacionados à tecnologia, à organização e às condições de trabalho e, genericamente, a falta de dados numéricos sobre o trabalho nesses países, assim como a necessidade de se ter acesso a esse tipo de fontes, tanto para o planejamento de pesquisas, quanto para a elaboração de políticas públicas¹ concernentes à saúde, à formação profissional ou à regulamentação da introdução de novas tecnologias, parecem explicar o interesse dos pesquisadores e órgãos públicos desses países pelos instrumentos estatísticos elaborados pelo Ministério do Trabalho da França, que já são amplamente utilizados no cenário de certas pesquisas européias.

São numerosas as dificuldades para se efetivar esse tipo de pesquisa nos países ditos semidesenvolvidos, por diversos

¹ Sendo assim, a importância de se dispor de indicadores para auxiliar a elaboração de políticas públicas parece uma explicação para a grande quantidade de dados numéricos concernentes ao trabalho, existentes no Japão (ver, por exemplo, aqueles do *Year Book of Labour Statistics*), publicados pelo Ministério do Trabalho japonês (1989); quanto à apresentação do conjunto de estatísticas japonesas sobre o trabalho, ver H. Kurosawa. Por outro lado, preocupações de ordem teórica e conceitual (embora não exclusivamente) parecem ter dado origem às enquetes francesas sobre a tecnologia, as condições e a organização do trabalho.

motivos. Por um lado, alguns desses motivos relacionam-se à estruturação proporcionalmente menos sólida dos órgãos de estudos e pesquisas estatísticas, à falta de tradição quanto à realização de pesquisas nacionais desse tipo, no que diz respeito aos assalariados ou à mão-de-obra em geral, e mesmo, por vezes, quanto à realização de pesquisas de tipo mais tradicional, sobre a qualificação ou sobre os salários. Um segundo grupo de motivos está vinculado às condições macroeconômicas: as dimensões da crise econômica e da recessão que permeavam a América Latina na década de 80 dificultavam muito os projetos de pesquisa que exigissem grande volume de recursos financeiros. Sempre é cogitável, por parte dos governos, a redução dos recursos financeiros que tenham sido formalmente concedidos, em virtude de determinado corte orçamentário no setor desse tipo de atividade. Isto pode levar até mesmo ao adiamento de um recenseamento decenal da população, como ocorreu no Brasil, em 1990. Um terceiro grupo de motivos é referente às características societárias. O assalariamento relativamente restrito, a importância de um setor "informal", que abrange grande número de precários trabalhadores temporários, assalariados sem contrato de trabalho formalizado ("sem registro em carteira", no caso do Brasil), aqueles que "se viram com pequenos bicos", etc., implicam maiores dificuldades para a realização de pesquisas com dados numéricos sobre o trabalho.

A IMPLANTAÇÃO
DE INSTRUMENTOS
ESTATÍSTICOS
RELACIONADOS AO
TRABALHO NOS
PAÍSES TIDOS
SEMIDSENVOL-
VIDOS: O CASO DO
BRASIL

Este documento apresenta as reflexões e os projetos em andamento sobre a metodologia estatística utilizada nos estudos relacionados ao trabalho no Brasil, com base na experiência de uma socióloga do trabalho e de um engenheiro industrial que realizaram suas pesquisas em empresas, tendo sido confrontados pela falta de dados numéricos sobre o tema do trabalho semelhantes àqueles disponíveis na França, sobretudo os concernentes à tecnologia e à organização do trabalho. Outros pesquisadores brasileiros, principalmente aqueles do setor de saúde no trabalho, ressentem-se desse mesmo tipo de deficiência quanto aos dados numéricos sobre as condições de trabalho, originando-se, assim, o interesse pela realização de

uma enquete sobre as *condições de trabalho* no estilo daquela levada a efeito pelo Ministério do Trabalho francês (1991).²

De fato, em sentido geral, pode-se dizer que hoje seria de extrema importância dispor de dados quantitativos sobre o *setor trabalho no Brasil*, por diversos motivos:

- Do ponto de vista das pesquisas em ciências humanas, assim como aquelas realizadas por engenheiros, constatou-se considerável número de monografias, estudos específicos e enquetes sobre uma amostra pouco representativa de empresas. Embora existam entre elas certos trabalhos realmente interessantes, seu porte é, evidentemente, limitado e as teses defendidas não podem ser alicerçadas em dados numéricos. Não dispomos de uma quantificação, sequer aproximada, relacionando as tecnologias utilizadas atualmente pela indústria brasileira e a mão-de-obra empregada, os tipos preponderantes de organização do trabalho ou as características das condições de trabalho que vigoram hoje em dia.
- Certos organismos governamentais (vinculados aos Ministérios do Trabalho, do Planejamento, da Indústria e Comércio), encarregados de acompanhar o processo de reestruturação do sistema de produção, ensejado pelo Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade (PBQP), criado durante o governo Collor em 1990, ressentem-se da falta de indicadores que permitam a orientação de suas ações.
- Certos atores sociais, sobretudo os sindicatos de trabalhadores, também encontram-se em busca de dados numéricos para escorar suas teses e argumentações dentro dos processos reivindicativos.
- Quanto às empresas, buscando levar a efeito suas próprias enquetes, não dispõem de uma confiável base de dados que permita um bem fundamentado debate sobre a política industrial. No momento, a elaboração de políticas ocorre sem conhecimento

² É com esse objetivo que, atualmente, colaboramos com Leda Leal Ferreira, pesquisadora da área de ergonomia da Fundação J. D. Figueiredo de Segurança e Medicina do Trabalho (FUNDACENTRO) órgão vinculado ao Ministério do Trabalho brasileiro.

prévio das características tecnológicas e da organização industrial atualmente existente no Brasil.

A IMPLANTAÇÃO
DE INSTRUMENTOS
ESTATÍSTICOS
RELACIONADOS AO
TRABALHO NOS
PAÍSES TÍPICOS
SEMIDSENVOL-
VIDOS: O CASO DO
BRASIL

1 Resultados e Limites das Atuais Pesquisas de Caráter Qualitativo Sobre o Trabalho no Brasil

Tal como em outros países latino-americanos — México ou Argentina —, a sociologia do trabalho foi, durante longo período no Brasil, uma sociologia do movimento operário e do sindicalismo. Somente na década de 70³ surgiram as pesquisas empresariais sobre a organização e as condições de trabalho, seguindo a linha anglo-saxônica de pesquisa sobre *labour process*.⁴ A observação direta dos postos de trabalho e o estudo de modos operatórios, associados à manutenção das relações de trabalho na empresa, resultaram em numerosos estudos de caso focalizando o relacionamento social na empresa em questão e a própria atividade do trabalho. Isto contrastava bastante com as pesquisas sociológicas do período anterior, nas quais, mesmo quando a empresa era o ponto fundamental de coleta de dados, buscava-se mais conhecer as atitudes, os comportamentos e os valores dos operários,⁵ por meio do preenchimento de questionários.

A partir da segunda metade da década de 80, o tema do trabalho, do emprego e das novas tecnologias, assim como das inovações tecnológicas e organizacionais (novos modelos de produção alternativos ao então denominado "modelo fordista"), atraíram maior atenção dos sociólogos brasileiros.⁶ Sem dúvida, esse

³ *Dois pesquisas pioneiras inauguram esse tipo de abordagem pelo processo e organização do trabalho: uma de John Humphrey sobre uma empresa de montagem de automóveis de São Paulo, realizada para uma tese apresentada em 1977, publicada em 1982 [Humphrey (1982)], e outra de Vera Maria Cândido Pereira, sobre uma usina têxtil do Rio de Janeiro, publicada em 1974 [Pereira (1974)].*

⁴ *Segundo as diretrizes de Bravermann (1974) e Brighton Labour Process Group (The capitalist labour process, Capital and Class, 1976); entre outras.*

⁵ *Ver, por exemplo, o trabalho do sociólogo Leôncio Martins Rodrigues [Rodrigues (1970)] baseado em uma pesquisa realizada nos anos 60, e publicada em 1970.*

⁶ *Diversas organizações consagraram importantes programas de pesquisa às inovações tecnológicas e organizacionais no âmbito da indústria brasileira: o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), com a "Caracterização e Indicadores da Automação" em 1988 / 89, abrangendo diversos setores industriais; a Coordenação de Programas de Produção*

interesse correspondia à acelerada introdução, no início dos anos 80, de novas tecnologias e novos sistemas de trabalho nas empresas brasileiras de grande porte.⁷ Simultaneamente, surgiram também certas pesquisas sobre subjetividade e trabalho, com base em estudos monográficos em diversas empresas e em contatos individuais e coletivos com operários [Leite (1990); Ferreira *et alii* (1992)]. A influência dos estudos de psicopatologia do trabalho e de ergonomia franceses parece ter sido muito significativa na orientação destas últimas pesquisas, que muito contribuíram para a renovação das enquetes de tipo qualitativo no Brasil.

A IMPLANTAÇÃO
DE INSTRUMENTOS
ESTATÍSTICOS
RELACIONADOS AO
TRABALHO NOS
PAÍSES TIDOS
SEMIDSENVOL-
VIDOS: O CASO DO
BRASIL

Todavia, no Brasil, não se dispõe de pesquisas que combinem estudos qualitativos *in situ* e enquetes quantitativas, levadas a efeito em empresas, similares às aquelas realizadas na Alemanha, por pesquisadores como H. Kern e M. Schumann [Kern e Schumann (1989); Schumann (1989)]. Assim, por exemplo, o debate sobre o surgimento de novos modelos produtivos, aberto pelos resultados obtidos por uma série de pesquisas, sejam elas monográficas, englobando algumas dezenas de empresas,⁸ ilustram bem os riscos teóricos e metodológicos acarretados pela

Especializada (COPPE), da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), sobre a automação de diferentes setores industriais e os novos paradigmas da especialização flexível; o Instituto de Economia Industrial (IEI), da UFRJ, com diferentes programas, um dos quais enfocava "Cenários da Indústria Brasileira e a Formação Profissional", (abrangendo mais de uma centena de estabelecimentos); o Departamento de Engenharia de Produção (DEP), da Escola Politécnica da Universidade de São Paulo (DEP-EPUSP), com pesquisas sobre a organização do trabalho industrial abrangendo dezenas de estabelecimentos; o Instituto de Pesquisa Tecnológica (IPT), da USP e o Instituto de Economia da Universidade de Campinas (UNICAMP), sobre a competitividade industrial das empresas brasileiras. Atualmente, este último está encarregado de realizar a versão brasileira do "Made in U.S.A.". Ver, também, os estudos realizados pelo IPEA e publicados pela sua série "Monografia" e pela Divisão de Pesquisas, Estudos e Avaliação (DPEA) do SENAI, em sua série "Mercado do Trabalho" sobre as "Inovações Técnicas e a Formação Profissional".

⁷ As inovações tecnológicas tiveram rápida difusão nos anos 80, tanto nas indústrias de série (sobretudo na metalurgia), quanto no controle do processamento industrial (principalmente nas indústrias petroquímicas). Embora careçamos de dados numéricos absolutos, a taxa de crescimento da automação industrial foi uma das mais elevadas do mundo, na segunda metade da década de 80.

⁸ Ver nota 5.

ausência ou pelo fato destes não serem levados em consideração de dados estatísticos sobre a realidade do trabalho nas empresas e sobre suas formas de organização. Com efeito, a falta de indicadores estatisticamente significativos do recente processo de modernização implica uma série de conseqüências em termos teóricos e metodológicos. De modo semelhante, no Brasil o surgimento do paradigma da especialização flexível, como um padrão de produção industrial alternativo à produção em massa "fordista", não se apóia em dados numéricos que permitam demonstrar o vigor deste fato na estrutura produtiva brasileira. Assim sendo, não há possibilidade de se confrontar modelos produtivos e a realidade,⁹ de se avaliar a defasagem — sempre existente — entre os paradigmas organizacionais e as alterações ocorridas na realidade industrial. Não dispomos, no Brasil, de certos dados, por exemplo, sobre a proporção de trabalhadores do sexo masculino e feminino empregados diretamente nas linhas de montagem. Este tipo de dados, por nós considerados fundamentais para o debate sobre o surgimento de novos modelos produtivos, tornou-se disponível na França, graças à enquete "Condições de Trabalho", que permitiu relacionar, a partir de meados da década de 80, as teorizações ("o fordismo não está morto")¹⁰ dos economistas do trabalho franceses, sobre o "fim do taylorismo" e o "pós-fordismo".

Na prática, ignora-se quase totalmente os índices de carga horária, os encargos do trabalho, o assalariamento; ignora-se a porcentagem de trabalhadores por turno, a porcentagem daqueles que programam ou operam os equipamentos de comando numérico (MOCN = MFCN). Dados numéricos sobre a divisão sexual do trabalho são quase inexistentes. Se as pesquisas qualitativas realizadas no Brasil demonstraram que geralmente as mulheres trabalham por turnos, e que operadores de MFCN são homens, não se dispõe de dados quantitativos sobre as diferenças do emprego de mão-de-obra masculina ou feminina no processo de produção.

⁹ *Distinção muito válida, evocada por Philippe Zarifian, por ocasião do seminário de Brasília (1991), consagrado ao debate sobre a experiência francesa de quantificação do trabalho.*

¹⁰ *Título de uma seção de um artigo de Serge Volkoff [Volkoff (1987)].*

2 Resultados e Problemas das Enquetes de Caráter Quantitativo Sobre o Trabalho no Brasil¹¹

A IMPLANTAÇÃO
DE INSTRUMENTOS
ESTATÍSTICOS
RELACIONADOS AO
TRABALHO NOS
PAÍSES TIDOS
SEMIDSENVOL-
VIDOS: O CASO DO
BRASIL

No Brasil, o enfoque qualitativo apresentado realmente predomina entre as pesquisas sobre a organização e as condições de trabalho, inversamente ao enfoque quantitativo, hegemônico quando se trata de estudos de mercado de trabalho e emprego, dispondo-se de tais dados, com base em enquetes realizadas por órgãos como o IBGE, SEADE ou Ministério do Trabalho.¹² Todavia, não se pode dizer que, no Brasil, não existem estatísticas sobre o trabalho. Na verdade, elas existem, porém cobrem uma área extremamente limitada, e não se dispõe de uma série de dados importantes. Assim, por exemplo, sobre o tempo de trabalho; embora haja alguns dados sobre as horas trabalhadas nos PNADS (Programa Nacional de Amostragem Domiciliar) do IBGE, eles são bastante sumários. Por exemplo, não se dispõe de informações sobre a estabilidade/instabilidade das horas de trabalho, valiosas para a análise das condições de trabalho.

Apresentamos, aqui, o conjunto de estudos realizados por entidades brasileiras de pesquisa, que fornecem dados numéricos sobre o trabalho. Todavia, antes de entrar em detalhes sobre tais pesquisas propriamente ditas, seria interessante abordar, de forma mais sistemática, certas particularidades atuais da sociedade brasileira.

¹¹ Agradecemos a Rosa Ribeiro, do Departamento de Estatísticas e Indicadores Sociais (DEISO) do IBGE, por suas observações e sugestões feitas para a primeira versão deste texto.

¹² O IBGE é o órgão oficial brasileiro, equivalente, grosso modo, ao INSEE francês. Outros órgãos, como o Ministério do Trabalho, realizam enquetes cujos resultados nem sempre são compatíveis. Existem também institutos estaduais de estudos estatísticos: destacamos o Sistema Estadual de Análise de Dados Estatísticos (SEADE), fundação vinculada à Secretaria Estadual de Planejamento de São Paulo. O SEADE leva a efeito, mensalmente, como veremos adiante, uma enquete domiciliar sobre o emprego na grande região metropolitana de São Paulo, com base em uma metodologia desenvolvida pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), em colaboração com este último.

1. A grande importância do trabalho informal na sociedade brasileira: trabalhadores sem carteira assinada, precariedade dos empregos, trabalho ambulante, etc. Existe toda uma rede de trabalho informal que não é apreendida, a não ser de forma extremamente precária, pelos mecanismos e metodologias tradicionais de pesquisa.¹³ Com base nas tabelas de ocupações especiais da PNAD do IBGE, pode-se obter dados sobre os trabalhadores com ou sem registro formal de emprego ("carteira de trabalho assinada ou não"). Os suplementos sobre trabalho de 1989 e de 1990 da PNAD permitem aprimorar este tipo de dados. No entanto, isto só abrange uma parte do setor, dito "informal". Por outro lado, o IBGE tem um projeto de pesquisa sobre o setor informal do sistema econômico brasileiro. Atualmente, uma enquete preliminar está em andamento; trata-se de uma enquete especial, independente das pesquisas habituais desta entidade.

2. Mesmo no caso das pesquisas (amostragens) domiciliares, constatou-se a existência de uma quantidade significativa de "domicílios informais". Além das favelas, existem numerosos cortiços¹⁴ (prédios antigos ou em mau estado, ou imóveis onde os cômodos são redivididos com madeirite/compensados/papelão, abrigando grande número de famílias) e, com o agravamento da crise, alguns metros quadrados sob pontes ou viadutos, nas ruas e nas praças, em geral, se transformam em habitações para famílias inteiras.

3. O setor industrial é mal organizado. Os sindicatos patronais, em geral, representam apenas os grandes grupos industriais; as médias e pequenas empresas, freqüentemente, nem mesmo são filiadas a tais entidades.

4. As dimensões continentais do Brasil, conjugadas às suas diversidades, contribuem para a criação de uma série absolutamente não negligenciável de dificuldades.

¹³ Este foi, por exemplo, um dos motivos da enquete domiciliar sobre emprego e desemprego, realizado pelo DIEESE/SEADE.

¹⁴ O número de pessoas que habitam tais cortiços na região metropolitana de São Paulo é muito elevado, ultrapassando o número de favelados. Estima-se alguns milhões de indivíduos vivendo em cortiços.

Mas apesar da ausência de pesquisas com as características das enquetes francesas, dispõe-se de certo número de novas fontes de dados sobre o trabalho no Brasil :

A IMPLANTAÇÃO
DE INSTRUMENTOS
ESTATÍSTICOS
RELACIONADOS AO
TRABALHO NOS
PAÍSES TIDOS
SEMIDSENVOL-
VIDOS: O CASO DO
BRASIL

- A Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), do Ministério do Trabalho, fornece, para o setor formal do mercado de trabalho, dados sobre idade, sexo, nível de escolaridade, tempo de serviço, salários, tipo de trabalho efetuado com base nos grandes grupos da Classificação Brasileira de Ocupações (CBO). Tais dados, coletados anualmente com o auxílio de empresas deste ramo, são publicados apenas de uma forma bastante simples, sintética. Entretanto, *a priori*, o acesso aos quadros e explorações especiais não é impossível, e pode ser obtido através de demanda específica, levando-se em conta as restrições legais de não-identificação dos informantes. Em princípio, a RAIS fornece apenas dados do tipo "estrutural" (salário, tempo de serviço, escolaridade, categoria sócio-profissional, etc.). Durante os dois últimos governos, Sarney e Collor, a publicação da RAIS sofreu retardamentos e, hoje em dia, verifica-se um grande lapso entre a sua coleta e processamento e sua publicação.

- O recenseamento industrial realizado e publicado a cada cinco anos pelo IBGE fornece dados sobre a mão-de-obra industrial, setor de atividade, tipo de trabalho efetuado, salários, qualificação, etc.

- O Programa Nacional de Amostra por Domicílio (PNAD) e as enquetes especializadas, levadas a efeito pelo IBGE, fornecem alguns dados sobre a mão-de-obra, com uma diferença de enfoque, relativamente às enquetes previamente citadas (a RAIS do Ministério do Trabalho e o Recenseamento Industrial do IBGE): não se trata de um levantamento junto às empresas, mas que é realizado domiciliarmente. O PNAD não enfoca, especificamente, o trabalho, abrangendo também outros dados numéricos sobre as condições de vida. Não obstante, uma importante inovação foi introduzida no PNAD, em 1989 e 1990: um suplemento anual sobre o trabalho, complementando o questionário sobre mão-de-obra, abrangendo os trabalhadores ativos com alguma remuneração (empregados, trabalhadores sem emprego formal, os que trabalham por conta própria) e os inativos (menos de cinco anos). Este suplemento sobre o trabalho apresenta informações

numéricas sobre a realização de um segundo trabalho remunerado ("trabalho secundário").

- A Pesquisa Mensal sobre Emprego (PME), do IBGE, serve de base para o cálculo da taxa oficial de desemprego no Brasil. Ela só cobre as seis principais regiões metropolitanas do país, a partir de uma amostragem com 7 600 domicílios. É inviável uma modificação na estrutura da PME, em virtude de sua periodicidade e de seu papel na determinação das taxas oficiais de desemprego. As características básicas da amostragem dos informantes tornam essa pesquisa pouco adaptada à realização de enquetes complementares.

- A Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED), do SEADE/DIEESE, também é uma enquete domiciliar. Propicia dados sobre sexo, idade, raça, renda, horário de trabalho, setor econômico, posição no domicílio, etc. Esta enquete prevê a realização de outras enquetes complementares sobre certos aspectos específicos. A princípio, era realizada na região de Grande São Paulo, mas foi ampliada, passando a cobrir Porto Alegre, Belém e Brasília. Em São Paulo, 3 300 domicílios são visitados por mês, e os indicadores são trimestrais; isto tornaria necessário cinco meses de enquete para se chegar ao número de entrevistas efetuadas pela enquete francesa, o que seria possível, uma vez que o método utilizado é o do "painel móvel". Trata-se da enquete brasileira sobre trabalho mais similar à "*Enquete Emploi*", realizada pela INSEE.

- A Sociedade Brasileira de Comandos Numéricos e Automação Industrial (SOBRACON) busca realizar pesquisas sobre estoques de certos equipamentos (comandos numéricos, robotização, concepção auxiliada por computador, computadores programáveis, etc.). Apesar de todo o seu empenho realmente louvável, SOBRACON, na verdade, não é um organismo de pesquisa, e os resultados obtidos apresentam inúmeros problemas. Em todo caso, trata-se de um dos raros indicadores disponíveis sobre a demanda (venda) de equipamentos.¹⁵

¹⁵ A SOBRACON realiza suas pesquisas abordando os produtores de equipamentos, o que só é possível dentro de um mercado fechado e com produtores conhecidos.

Em geral, as outras enquetes são fundamentalmente qualitativas, embora algumas busquem apoio em amostras significativas obtidas *in situ*. O Departamento de Pesquisas, Estudos e Avaliações (DPEA) do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) de São Paulo forneceu recentemente informações interessantes sobre a mão-de-obra feminina e a formação profissional, com particular interesse para a renovação das atividades de formação. No momento, encontra-se em andamento uma enquete sobre as inovações tecnológicas e organizacionais, com base em uma amostra de 632 estabelecimentos de setores industriais ligados ao SENAI. Existe, ainda, uma série de pesquisas qualitativas com diversos enfoques (ver nota 5), as quais, em geral, são parciais, não viabilizando inferências estatísticas.

A IMPLANTAÇÃO
DE INSTRUMENTOS
ESTATÍSTICOS
RELACIONADOS AO
TRABALHO NOS
PAÍSES TIDOS
SEMIDSENVOL-
VIDOS: O CASO DO
BRASIL

3 Possibilidades e Perspectivas de Pesquisas Relacionadas às Condições e à Organização do Trabalho no Brasil: Os Projetos em Andamento

O conjunto de projetos que apresentaremos a seguir nasceu de uma discussão sobre experiências internacionais — notadamente francesas — de coleta de dados numéricos sobre trabalho, efetuada durante um seminário internacional em Brasília, em outubro de 1991, no quadro de um projeto financiado pelo PNUD, e coordenado por nós a pedido do IPEA, do Ministério do Planejamento e Orçamento. Esse seminário reuniu pesquisadores e organismos ministeriais que utilizam dados quantitativos e entidades produtoras de dados, como o IBGE e o SEADE. O documento redigido por Serge Volkoff, especialista convidado para o seminário, serviu de base para esta discussão; tal *paper* (As Pesquisas Francesas sobre as Condições e Organização do Trabalho: dos métodos aos resultados)¹⁶ foi

¹⁶ Este texto de Serge Volkoff (*Les enquetes françaises sur les conditions de travail et sur l'organisation du travail : des méthodes aux résultats*), se difundiu entre os 25 participantes deste seminário, sendo reproduzido em anexo ao relatório final (*"Metodologia para levantamento quantitativo sobre difusão das novas tecnologias no processo de trabalho"*, publicado em *Texto para Discussão nº 277*, IPEA, set. 92), de nossa autoria em novembro de 1991 para o IPEA/PNUD, sendo, em seguida, publicado no *Texto para Discussão nº 276*, IPEA, Brasília, setembro de 92, 25 p.; na *Revista Brasileira de Saúde Ocupacional*,

largamente difundido em seguida (entre 1991 e 1992) no Brasil, sobretudo nos meios científicos relacionados aos temas abordados no texto. Deste seminário não resultou nenhum projeto de realização a curto prazo, mas ele foi iniciador de um debate sobre bases mais sólidas com os principais interessados em tal empreendimento.

Algumas discussões tiveram lugar no plano governamental, mas o problema da base comum de todas as pesquisas quantitativas expostas nos parágrafos anteriores, tais como as do PNAD (IBGE) e do PED (DIEESE/SEADE), é a questão do déficit orçamental, e, mais particularmente, a redução de recursos destinados à gestão de pesquisas de base, entre as quais uma enquete sobre condições de trabalho, que seria apresentada complementarmente.

No entanto, podemos sentir certa sensibilização para uma retomada de pesquisa sobre as condições de trabalho. Apresentaremos a seguir os projetos em andamento.

3.1 NEPP0—UNICAMP

Uma pesquisa em 1 800 domicílios está em curso desde outubro de 1993, na cidade de Campinas, São Paulo, realizada pelo Centro de Pesquisas Demográficas (NEPP0) da Universidade de Campinas (UNICAMP), por meio do projeto Família Negra — Reprodução e Trabalho. A pesquisa utiliza em seu questionário intitulado Emprego, Renda, Discriminação e Condições de Trabalho, um conjunto de questões sobre as condições de trabalho em 1991, entre as quais aquelas sobre os equipamentos, máquinas e instalações, dando prosseguimento à pesquisa TOTTO (1987).¹⁷

FUNDACENTRO, Ministério do Trabalho e Previdência Social, vol. 19, nº 74, julho/dezembro 1991, p. 80-98; e também na revista da Fundação SEADE (Sistema Estadual de Análise de Dados), Secretaria de Planejamento e Gestão do Estado de São Paulo, São Paulo em Perspectiva, vol. 7, nº 2, abril/junho 1993, p. 109-123.

¹⁷ Esta enquete é coordenada por E. Berquó, demógrafa, e L. Bandeira Beato, economista e técnica em estatística do IBGE, que participaram do seminário do IPEA, em Brasília, em outubro de 1991.

O questionário comporta três aspectos relacionados à família, para ambos os sexos, reprodução (somente para as mulheres) e mercado de trabalho (ambos os sexos). É neste último aspecto, voltado ao trabalho (emprego, rendimentos, discriminações ligadas à idade, aparência, doenças, vivência de situações discriminatórias), que se insere a parte sobre as condições de trabalho (75 questões). As questões sobre os riscos e as condições patogênicas do trabalho foram adaptadas pelos responsáveis pela concepção do projeto de pesquisa, tendo em vista o teor da legislação brasileira.

A IMPLANTAÇÃO
DE INSTRUMENTOS
ESTATÍSTICOS
RELACIONADOS AO
TRABALHO NOS
PAÍSES TIDOS
SEMIDSENVOL-
VIDOS: O CASO DO
BRASIL

Os resultados da pesquisa serão certamente muito preciosos para uma avaliação da viabilidade das pesquisas a domicílio sobre as condições e a organização do trabalho em um país como o Brasil.

3.2 DEP/POLI

Projeto de aplicação de um questionário sobre os aspectos tecnológicos e a organização do trabalho, com base em uma amostra não-aleatória, constituída por trabalhadores que receberiam tais questionários dos membros dos comitês de fábrica, na porta da fábrica, recolhendo-os na saída, com previsão da distribuição de cerca de 50 mil questionários. O Departamento de Engenharia e Produção (DEP), da Escola Politécnica da Universidade de São Paulo,¹⁸ já obteve a concordância do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo — São Paulo para este procedimento original, mas ainda longe de ser uma modalidade excepcional de pesquisa. A subseção do DIEESE do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo já utilizou, anteriormente, métodos similares de pesquisas, em 1985 e 1988, a respeito de reivindicações salariais. Cerca de 100 mil questionários foram recolhidos. O objetivo era interrogar diretamente os trabalhadores atingidos pela reestruturação produtiva no trabalho em linha ou em equipe, sobre as imposições temporárias, etc. Os inconvenientes deste método de

¹⁸ O projeto de pesquisa, de Mário S. Salerno, foi entregue para avaliação junto ao Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq), visando a um dos programas de financiamento de pesquisas (PDCT).

pesquisa são múltiplos (associação da pesquisa com o sindicato, necessidade de um tratamento especial para o controle das ambigüidades inevitáveis, dificuldade na elaboração de um questionário simples, que possa ser preenchido rapidamente pelos operários envolvidos, etc.). Suas vantagens, afora o custo relativamente baixo para uma pesquisa quantitativa, estão relacionadas a um caráter eminentemente experimental, o que permitiria testar a pertinência e o interesse de um certo número de questões no quadro da realidade brasileira.

3.3 SEADE/DIEESE

Negociações encontram-se em curso, atualmente, entre a FUNDACENTRO,¹⁹ o DIEESE, (centro de pesquisa financiado por diferentes centrais sindicais) e o SEADE, com vista a uma pesquisa prévia sobre as condições de trabalho a partir do questionário denominado Condições de Trabalho, de 1991. Ela seria efetuada como uma pesquisa complementar à pesquisa sobre emprego e desemprego do SEADE. O acordo de princípios entre a direção do DIEESE, a do SEADE e a dos ministérios do Trabalho francês e brasileiro, tendo em vista colaborar para a realização desta pesquisa, é uma condição favorável, assim como a existência de uma linha de financiamento para garantir a pesquisa prévia. Entretanto, os problemas ligados à sua realização material (custo do questionário, orçamento da pesquisa de base sobre emprego e desemprego, etc.) e, em maior escala, os problemas técnicos de viabilidade tornam este projeto — que por suas características é o mais próximo das pesquisas francesas sobre as condições de trabalho — um projeto aberto em vias de negociação.

3.4 Outros

- PBQP

¹⁹ Uma das pesquisadoras brasileiras que melhor domina o assunto vem divulgando entre os meios científicos locais, os resultados e a metodologia de pesquisa franceses. L. Leal Ferreira é pesquisadora da área de ergonomia da FUNDACENTRO.

O grupo *Indicadores* do Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade (PBQP) coordenado pelo IPEA,²⁰ organismo que deu origem ao estudo da viabilidade de pesquisas sobre as condições de trabalho em 1991, propôs ao governo federal, em seu relatório de atividades de 1993, efetuar uma pesquisa do tipo daquela TOTTO no Brasil, tendo em vista a produção de indicadores pertinentes de qualidade e de produtividade.

A IMPLANTAÇÃO
DE INSTRUMENTOS
ESTATÍSTICOS
RELACIONADOS AO
TRABALHO NOS
PAÍSES TIDOS
SEMIDSENVOL-
VIDOS: O CASO DO
BRASIL

• **CEBRAP**

Pesquisa sobre *Câmaras Setoriais* (estrutura tripartite de deliberação, criada recentemente, reunindo sindicalistas, representantes do governo e empresários) da indústria automobilística, realizada atualmente por um grupo de pesquisadores do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP). O questionário da pesquisa Condições de Trabalho, de 1991, servirá de base para a formulação da parte sobre a organização do trabalho²¹ desta investigação.

4 Conclusão

As atuais conjunturas econômica e política do Brasil, por suas incertezas e profunda instabilidade, não oferecem campo propício aos projetos de pesquisa regulares, pois estes exigem relevantes recursos financeiros e pessoal qualificado. Talvez, como afirmam certos especialistas em economia brasileira, o momento atual seja mais propício a pesquisas mais gerais, enfocando as necessidades da população em termos de consumo e modo de vida, do que àquelas que se limitam às condições e organização do trabalho que, forçosamente, englobam uma parcela relativamente reduzida da população total de um país como o Brasil, no qual a porcentagem de desempregados, inativos e trabalhadores "informais" (que fazem parte da "economia subterrânea") vem aumentando, em virtude da prolongada

²⁰ No IPEA, o responsável pelo grupo *Indicadores* deste programa governamental é L. F. Tironi, que havia dirigido o estudo sobre viabilidade das pesquisas TOTTO e das condições de trabalho em 1991.

²¹ Pesquisa em andamento, sob responsabilidade de A. Cardoso e F. de Oliveira, pelo CEBRAP.

recessão que permeia a sociedade brasileira desde o início da década de 80.²²

No entanto, apesar destas características do mercado de trabalho e do emprego, a dinâmica da acumulação continua fazendo o Brasil ainda muito dependente de investimentos produtivos no setor industrial, e os projetos de pesquisa atualmente em curso, visando melhor focar a atividade de trabalho, têm a seu favor a demanda (ver Introdução) de diferentes setores da sociedade, notadamente os sindicatos e o governo.

Finalizando, do ponto de vista da pesquisa científica, pensamos que o trabalho é um dos objetos de estudo sobre o qual é essencial haver um conhecimento multidimensional. Para analisar este tema, a prática da interdisciplinaridade e o uso de métodos variados, tanto qualitativos como quantitativos, parecem-nos extremamente importantes, sobretudo porque eles são complementares. Essa complementaridade é essencial, na medida em que as hipóteses e as questões sustentadas por pesquisas qualitativas ou por questionamentos teóricos podem subsidiar os questionários voltados para a obtenção de dados numéricos e — inversamente — os resultados obtidos com base nesses podem permitir alcançar um outro nível de conhecimento, não apenas acessível por estudos monográficos, permitindo, assim, a generalização de certos resultados desses trabalhos. Enfim, os estudos específicos podem “contrariar”, “retificar”, ou simplesmente contribuir para aprender a ler — ou a desconfiar de — os dados quantitativos existentes.²³

²² Sobre as características da “década perdida” (1980-1990) e a continuação da crise no início da década de 90, em termos de mercado de trabalho, ver os estudos do SEADE, a partir da pesquisa sobre nível de emprego, iniciada em 1984; [Dedecca (1990)], os estudos de J. Sabóia, do IEL (Instituto de Economia Industrial) da Universidade Federal do Rio de Janeiro, sobretudo *Evolução do Mercado de Trabalho no Brasil na Década de 80*, documento apresentado no seminário interdisciplinar *Modelos de Organização Industrial, Política Industrial e Trabalho*, ABET, 11 e 12/ 4/1991, anais do seminário, ed. CODAC-USP, 1991; de R. Ribeiro, do IBGE, a partir de resultados do PNAD; e Ribeiro et alii (1993).

²³ Ver, por exemplo, as estatísticas sobre horas trabalhadas no Japão, elaboradas a partir de dados fornecidos pelas empresas, e as práticas informais de horas-extras (de diversas formas, não contabilizadas), que só podem ser percebidas por pesquisas de campo, do tipo daquelas realizadas por nós junto aos estabelecimentos industriais japoneses.

Somente uma quantificação no campo da organização e das condições de trabalho pode, a nosso ver, permitir hoje um salto qualitativo nas pesquisas das ciências sociais realizadas na área do trabalho no Brasil, tornando possível evitar, por meio da articulação de estudos quantitativos e qualitativos, o excesso de generalizações abusivas, especialmente sobre o surgimento de novos modelos produtivos no Brasil. Uma pesquisa do tipo Condições de Trabalho, em virtude de sua periodicidade, tem a vantagem suplementar de fornecer indicações sobre a evolução das condições de trabalho, no país. Ela deveria, também, a partir de dados numéricos confiáveis e não mais apenas exclusivamente a partir de pesquisas qualitativas, permitir a análise mais profunda das diferenças das condições de trabalho, das modalidades de organização do trabalho e dos riscos profissionais, segundo o sexo ou a idade.

A IMPLANTAÇÃO
DE INSTRUMENTOS
ESTATÍSTICOS
RELACIONADOS AO
TRABALHO NOS
PAÍSES TIDOS
SEMIDSENVOL-
VIDOS: O CASO DO
BRASIL

Bibliografia

- BRAVERMAN, H. *Travail et capitalisme monopoliste*. — Paris: Maspero, 1974.
- DEDECCA, C. *Dinâmica econômica e mercado de trabalho urbano: uma abordagem da região metropolitana de São Paulo*. — Campinas: Universidade de Campinas, 1990. 234 p. Tese de Doutorado.
- FERREIRA *et alii*. *Voando com os pilotos: condições de trabalho dos pilotos de uma empresa de aviação comercial*. — São Paulo: APVAR/FUNDACENTRO, 1992.
- HIRATA, H.S. e SALERMO, M.S. *Metodologias para levantamento quantitativo sobre difusão das novas tecnologias no processo de trabalho*. — Rio de Janeiro: IPEA, set. 1992. (Texto para Discussão, n. 277)
- HUMPHREY, J. *Capitalist control and workers struggle in the Brazilian auto industry*. Princeton University Press, 1982.
- KERN, H. e SCHUMANN, M. *La fin de la division du travail? La rationalisation dans la production industrielle*. — Paris: MSH, 1989.
- LEITE, M. *A vivência operária da automação micro-eletrônica*. — São Paulo: USP, 1990. Tese de Doutorado.
- PEREIRA, V.M.C. *No coração da fábrica*. — Rio de Janeiro: Campus, 1974.
- RIBEIRO, R. *et alii*. *Crise e reprodução social de famílias na metrópole do Rio de Janeiro - 1981/1990*. 1993.
- RODRIGUES, L.M. *Industrialização e atitudes operárias*. — São Paulo: Brasiliense, 1970.
- SABÓIA, J. *Evolução do mercado de trabalho no Brasil na década de 80*. In: SEMINÁRIO MODELOS DE ORGANIZAÇÃO INDUSTRIAL, POLÍTICA INDUSTRIAL E TRABALHO. — São Paulo, Anais... São Paulo: CODAC-USP, 1991.

SCHUMANN, M. *La rationalisation dans l'industrie*. Texto da conferência CNAM, 24/11/1989.

VOLKOFF, S. Flexibilités du travail ouvrier: une approche chiffrée. *Travail*, n. 12, jan. 1987.

A IMPLANTAÇÃO
DE INSTRUMENTOS
ESTATÍSTICOS
RELACIONADOS AO
TRABALHO NOS
PAÍSES TÍDOS
SEMIDSENVOL-
VIDOS: O CASO DO
BRASIL